

MARGARIDA ALVES

MARGARIDA ALVES

"Da luta eu não fujo", dizia aos amigos.

Além de contar a história da vida, luta e morte de Margarida, suas palavras proféticas também dizem muito sobre os 50 anos que viveu. Defendeu, sem medo e sem covardia, a liberdade, os direitos trabalhistas e a reforma agrária. Ela fez sua parte na construção da Justiça e da Paz.



Editora Salesiana
DOM BOSCO

CONSTRUTORES
DA JUSTIÇA E DA PAZ

Guilherme Salgado Rocha



Novo das Gragas Diários

Guilherme Salgado Rocha

**MARGARIDA
ALVES**

EDITORA SALESIANA DOM BOSCO
São Paulo
1996

Coleção: Construtores da Justiça e da Paz

Direção Geral: P. Benedito Spinosa

Direção Comercial: Osvaldo Pires

Coordenação Editorial: Gilmar Corazza

Capa: Claudir Gonçalves

Revisão de Provas: Iranildo B. Lopes

Editoração Eletrônica: Création Desktop & Art

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Rocha, Guilherme Salgado

Margarida Alves / Guilherme Salgado Rocha. — São Paulo : Editora Salesiana Dom Bosco, 1996. — (Coleção construtores da justiça e da paz)

1. Alves, Margarida 2. Justiça Social 3. Posse de terra — Brasil 4. Reforma agrária — Brasil 5. Sindicatos — Trabalhadores rurais — Brasil 6. Trabalhadores rurais — Brasil I. Título. II. Série.

96-0077

CDD-331.8813092

Índices para catálogo sistemático:

1. Sindicalistas rurais : Biografia 331.8813092

EDITORA SALESIANA DOM BOSCO

Rua Dom Bosco, 441

03105-020 — São Paulo — SP

Fone: (011) 277-3211

Fax: (011) 279-0329

Telex: (011) 32431 ESPS BR

A palavra de Margarida está viva

"...eu quero pedir a vocês que, quando voltarem para casa, lembrem-se e rezem por aqueles que tombaram na luta, e rezem também por aqueles que estão lutando na frente de batalha, por aqueles que estão enfrentando as ameaças dos poderosos. Eu dizia hoje aos trabalhadores que foram ao Sindicato de Alagoa Grande: 'Eles não querem que vocês venham à sede porque eles estão com medo, estão com medo da nossa organização, estão com medo da nossa união, porque eles sabem que podem cair oito ou dez pessoas, mas jamais cairão todos diante da luta por aquilo que é de direito devido ao trabalhador rural, que vive marginalizado debaixo dos pés deles'."

(Discurso de Margarida na comemoração do 1º de Maio de 1983, na cidade de Sapé, Paraíba, três meses e onze dias antes de ser assassinada.)

Margarida Alves...

Vivia o Brasil em 1982 uma aparente democracia. A palavra do dia era "redemocratização". Anos antes o povo brasileiro havia conquistado a anistia. O presidente da República, o general João Batista Figueiredo, tentava apresentar uma imagem de democrata.

Pela televisão, fazia esforços para aproximar-se mais do povo. Sua assessoria criou o programa "O povo e o presidente", transmitido pelas tevês brasileiras, no qual Figueiredo respondia às cartas e conversava com os telespectadores.

Em meados de 1982, Figueiredo tinha em suas mãos uma carta escrita por uma mulher, Margarida Maria Alves, enviada ao Palácio do Planalto de uma cidade no interior da Paraíba, Alagoa Grande. A cerca de 120 quilômetros da capital João Pessoa, Alagoa Grande fica no Brejo Paraibano — uma das regiões mais violentas do Estado. Margarida, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do

município, escrevera uma carta veemente, exigindo medidas urgentes contra o que acontecia com os trabalhadores rurais.

Margarida denunciava que, no Estado da Paraíba, era muito freqüente o desrespeito à legislação trabalhista. Os canavieiros ganhavam muito mal e nunca tinham seus direitos, assegurados em lei, garantidos na prática.

O presidente Figueiredo se mostrou "surpreso" com as denúncias, afirmando que as providências para eliminar esses abusos já tinham sido tomadas e que, daquele dia em diante, tudo seria controlado com muito maior rigor.

Não se sabe ao certo se o governo brasileiro realmente tomou alguma medida. Sabe-se apenas que Margarida, a autora das denúncias, não viveu o suficiente para ver os efeitos práticos do que havia relatado.

O que pretende este livro

O objetivo deste livro, desta biografia da vida de Margarida, não é lançar novas luzes sobre o caso, apresentando verdades incontestáveis ou denúncias até então ain-

da não reveladas. Ainda bem que não. Pois, deste modo, teria a Justiça justificativa cabível para até agora ter se mantido omissa praticamente em todos estes anos. Pelo contrário, os assassinos de Margarida — e os que contrataram os assassinos de Margarida — continuam livres, prontos para outros crimes, mais violência e outras impunidades.

Os nomes de quem matou Margarida — e de quem pagou para ver Margarida morta — andam na boca do povo, estão no processo, foram citados em depoimentos. Não há pessoas presas, não há gente sendo procurada, não há ação eficaz e radical contra a violência.

Mas, se pensam que vencerão pelo cansaço, andam bastante enganados. Quem está acostumado a vencer terra dura e falta de água, e viver, e criar filhos, não se deixa assustar com pouca coisa não, com fala de gente "importante", vestida de terno e gravata e cercada de capangas.

A memória de Margarida é muito mais importante que isto. É muito mais forte que isto. É uma flor muito mais bonita que o dinheiro, as armas e o poder que eles têm.

Para se ter uma idéia do que é capaz a Justiça contra os que defendem a liberdade, a reforma agrária e os direitos dos trabalhadores rurais, enquanto este livro estava sendo escrito, dois trabalhadores rurais — Diolinda Alves e Márcio Barreto — foram presos em São Paulo, e um frei, o frei Anastácio Ribeiro, também lá na Paraíba, ficou preso cinco dias. As mesmas acusações, tanto em São Paulo como na Paraíba — formação de quadrilha...

Escrever sobre alguém que não se conhece, e cujos dados infelizmente são poucos, escassos e dispersos, tem dois lados. De um lado, exatamente isto: tem-se de buscar mais informações, o que nem sempre é muito fácil.

Mas de outro lado vai-se descobrindo a palavra, a luta, a vida inteira de quem se pretende escrever. Desvela-se a profunda coerência de uma mulher que viveu uma vida inteira batendo na mesma e precisa tecla: justiça e direitos iguais, liberdade e salários justos, paz no campo e reforma agrária.

Assim foi Margarida Alves. E assim ela continuará sendo sempre lembrada quando se falar em exemplo e compromisso de uma trabalhadora rural e líder sindical.

Relembrar Margarida Alves é fazer memória de sua história: É trazê-la até nossos dias, buscar em sua trajetória de lutas a força e a coragem a serem usadas na busca incessante da reforma agrária, sonho de Margarida e de tantas Margaridas, Diolindas, Joanas, Arletes, Marias das Dores... tantos milhares de famílias espalhadas por todo o Brasil.

Famílias simples, como a de Margarida. De gente simples — mas não ingênua — que percebeu onde está a fonte de água cristalina capaz de alterar o rumo da história: só mesmo na união e solidariedade entre os que desejam ver concretizado aquilo que sonharam.

Margarida sonhou. Sonhou sempre, cotidianamente, insistentemente, ardentemente. E fez do sonho sal para enfrentar os poderosos. Os que se acham donos da terra, donos do trabalho alheio — escravizando-o —, donos do pensamento e do corpo de outras pessoas, donos da vida alheia.

Enfrentou os poderosos, junto com tanta gente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba. Nunca teve medo.

"Da luta eu não fujo", dizia aos amigos. Da luta ela nunca fugiu.

Margarida sempre falava o que pensava. Sem medo e sem covardia. Mas nunca com o objetivo de ofender ou agredir gratuitamente quem quer que fosse. Apenas fazia questão de ratificar suas opiniões e explicar suas posições em diversas oportunidades e locais.

Além de contar a história da vida, luta e morte de Margarida, suas palavras proféticas também dizem muito sobre os 50 anos que viveu.

Margarida fez a sua parte na construção da justiça e da paz.

A palavra de Margarida está viva

"...O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande está com várias reclamações na Justiça do Trabalho, em Campina Grande, na Paraíba. E por causa disso tem recebido grande pressão por parte dos empregadores rurais. A diretoria estava fazendo um trabalho de base, indo aos engenhos, fazendas, sítios, e com isso conseguiu descobrir novas lideranças. Os proprietários começa-

ram a fazer pressão à diretoria do sindicato, fazendo ameaças, dizendo que iria quebrar de pau, atirar na presidente e fechar sua sede, passar carro por cima da presidente. Afinal, falavam, a presidente estava querendo mesmo era uma bala, sem esperar... Mas eles não fizeram calar a voz da presidente nem perder as ações como representante classista. Prometeram também baleiar o secretário do sindicato porque acompanhava a presidente no trabalho de base. Não conseguiram amedrontar a diretoria..."

(Ofício de 1º de abril de 1981, assinado por Margarida, presidente, e José Horácio da Silva, secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande.)

Uma ganância sem limites

A crueldade, o ódio e a impunidade dos grandes donos da terra nem sempre são avaliados com precisão. Pensa-se, equivocadamente, que a ganância dos latifundiários tem limites. Não, não tem. Impõem cercas — e muitas vezes nada produzem —, constroem barreiras, edificam

fortalezas, "contratam" exércitos, tentam destruir a esperança.

Os grandes donos da terra inventam mentiras, compram a imprensa, aliam-se ao que há de mais horrendo na Justiça, mantêm-se à sombra da impunidade.

Os grandes donos da terra matam.

Eles mataram Margarida, a mais corajosa mulher de Alagoa Grande.

Enquanto observava seu único filho, José de Arimatéia, brincando em frente à sua casa, Margarida podia estar pensando em tudo, menos no que aconteceria daí a instantes. Talvez pensasse na tranqüilidade do menino, calmo e feliz ao lado dos amiguinhos da rua, jogando bola de gude. Ou na comida que faria para ela, o filho e o marido. No dia seguinte, lá no sindicato, quem sabe...

Eram cinco horas da tarde do dia 12 de agosto de 1983. Uma de suas irmãs, Joaquina Maria Marinho, viera trazer-lhe uma espiga de milho assada. Margarida apanhou a espiga, dividiu-a em dois pedaços. Um era para o Arimatéia, o outro começou a comer, retirando grão a grão.

Seu marido, Severino Cassimiro, estava por perto, dentro de casa, sentado

de costas para a rua, logo depois de ligar a televisão.

Margarida não poderia pensar que a hedionda crueldade do latifúndio fosse capaz de contratar e pagar alguém para, com uma espingarda calibre 12, matá-la covardemente.

A dor de Cassimiro é contada por ele mesmo: "Ouvi uma grande explosão, e fiquei mouro. Levei um susto, olhei para a porta e vi Margarida cheia de sangue. Fiquei apavorado, corri para a porta, e vi o rosto dela completamente deformado. Ela estava morta. Meu Deus, ela estava morta".

Margarida estava morta. Severino gritava. Grandes gritos de dor. Desesperava-se, atônito, louco. Severino continuava gritando e os vizinhos chegaram correndo. Mas ninguém conseguia perceber claramente o que estava acontecendo, entender a dimensão da tragédia.

Até mesmo Natanael Marinho, vizinho de Margarida, o único que viu toda a cena do crime, não sabia o que dizer. Estava em estado de choque.

Somente algum tempo depois conseguiu contar para todos ali perto ao que havia assistido. Repetiu a história no

depoimento que prestou ao delegado Nazareno Wheimar Thé, de Campina Grande.

Ele viu três homens em um Opala vermelho, dando voltas pela rua Olinda, onde morava Margarida. Um dos homens desceu do carro, com um saco nas mãos. Um saco de pano, grande o suficiente para esconder uma assassina espingarda calibre 12.

Andou a passos largos até a casa de Margarida. Deu-lhe um tiro à queimadura.

O impacto da bala foi tão grande que o umbral da porta e as paredes próximas de onde estava Margarida ficaram respingados de sangue e de pedaços do seu cérebro.

Formação de quadrilha

Hoje, quando são presos trabalhadores rurais sem-terra, sob a leviana acusação de "formação de quadrilha", a cena de um capanga homicida, chegando sorrateiramente, encostado às paredes da casa de uma trabalhadora rural, no interior da Paraíba, surge com absoluta nitidez.

Formam quadrilhas os que têm armas, dinheiro, poder e sede de mais conquistas.

Formam quadrilhas os que matam e fogem da Justiça.

Os que matam e voltam ao carro de onde saíram, como se tivessem acabado de cumprir uma missão que lhes dá um misto de satisfação e incômodo. O assassino desceu a calçada e entrou no Opala, que saiu. Não sem antes deixar cair propositalmente a placa EX-0690-RN para confundir o trabalho da polícia.

Mas seria desnecessário, pois chamada imediatamente, a viatura da polícia chegou ao local somente às 18h, quase uma hora depois.

Para comprovar como o poder do latifúndio está intimamente ligado ao poder político, toda a iluminação da rua, no momento em que a polícia começava as investigações, entrou em pane. Tudo ficou escuro.

Alagoa Grande, sem dúvida, passou a ter menos luz a partir daquela tarde de agosto de 1983.

A palavra de Margarida está viva

"...não fugimos da luta, e é mais fácil vocês ficarem sabendo que morremos do que fugimos correndo. Vamos conquistar os nossos direitos, se Deus quiser. Dizem os proprietários rurais que em Alagoa Grande estamos invadindo as suas propriedades, mas invadindo estão eles... invadindo os nossos direitos quando não pagam o 13º salário aos trabalhadores rurais, invadindo quando negam pão e água aos que trabalham em suas propriedades, invadindo os direitos dos trabalhadores..."

(Discurso do 1º de Maio, em Sapé, na Paraíba.)

Os motivos do crime

Já no dia seguinte à morte de Margarida, a Igreja e diversos sindicatos de trabalhadores rurais denunciavam os motivos que teriam levado os fazendeiros a se unirem contra sua vida: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande havia encaminhado diversas ações trabalhistas à Justiça.

Até aquela data o Sindicato já entrara com 72 ações na Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. Todas as ações, sem exceção, estavam rigorosamente dentro da lei. Mas "estar dentro da lei" ou "não estar dentro da lei", para os poderosos, é apenas um jogo de palavras, que pouco acrescenta aos conceitos individuais e particulares de Justiça e lei.

Portanto, para os "potentados", como os definia Margarida, cumprir a lei é desnecessário, pois "fabricam" a sua lei, à custa de muito dinheiro e poder político.

O "Grupo da Várzea"

Mas havia — e ainda há — um grupo de latifundiários aos quais a ação de Margarida incomodava mais insistentemente. Era o "famoso" (na mais cruel acepção da palavra) "Grupo da Várzea". Segundo um dossiê elaborado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) da Paraíba, o "Grupo da Várzea" era formado por "usineiros e latifundiários que exercem um papel influente na vida econômica e política da Paraíba, e cujo chefe reconhecido e temido era o proprietário da Usina Tanques, de

Alagoa Grande, Agnaldo Veloso Borges, que já morreu.

A ação do "Grupo da Várzea", infelizmente, não começou pelo assassinato de Margarida Alves em 1983.

Parece um grande pesadelo, mas é real: o mesmo Agnaldo Veloso Borges foi incriminado no inquérito que apurou o assassinato de João Pedro Teixeira, líder camponês morto em 1962. Ou seja: já há 20 anos o "Grupo da Várzea" exhibia suas garras, sem nunca ter sido molestado pela Justiça da Paraíba.

A morte de João Pedro Teixeira está mostrada no filme "Cabra Marcado para Morrer", de Eduardo Coutinho.

Três anos após a morte de Margarida, saem do "Grupo da Várzea" os principais nomes que irão formar a diretoria da União Democrática Ruralista (UDR), organização dos latifundiários responsável por um número muito grande de mortes no campo.

O mesmo Agnaldo Veloso Borges é indicado para "presidente de honra" da UDR da Paraíba.

Como provocação aos trabalhadores rurais e desafiando abertamente a Justiça, a UDR da Paraíba é fundada no dia

12 de agosto de 1986, exatos três anos após o assassinato de Margarida.

Maluf e o "Grupo da Várzea"

Com o fim do sonho das eleições diretas, as eleições para presidente da República seriam feitas por um Colégio Eleitoral, composto pela Câmara dos Deputados e Senado. Dois candidatos lançaram-se em campanha: representando as chamadas "forças democráticas", estava Tancredo Neves, e reunindo em torno de si o que havia de mais conservador no Brasil, saiu candidato o atual prefeito de São Paulo, Paulo Maluf.

Os dois viajavam pelo Brasil recolhendo apoios às respectivas candidaturas, dando maior atenção àqueles políticos e não-políticos que tivessem alguma influência junto a deputados e senadores. Ou seja: os que pudessem conseguir votos seriam muito bem-vindos.

Para se ter uma idéia do controle político do chamado "Grupo da Várzea", basta conferir a notícia do jornal "O Norte", de João Pessoa. No dia 21 de agosto de 1983 — apenas nove dias após o crime contra Margarida — o jornal publicou, com destaque:

"Maluf desembarcou ontem, às 12h30, no aeroporto Castro Pinto; para entendimentos com o governador Wilson Braga e com o usineiro Agnaldo Veloso Borges. O usineiro lidera um grupo de três deputados federais, cinco deputados estaduais, 50 prefeitos do interior do Estado e controla pelo menos 10 de um total de 27 representantes da Paraíba no Colégio Eleitoral destinado a escolher o próximo presidente da República".

Nos dias seguintes ao crime, o grupo de Agnaldo Veloso Borges era diariamente citado na imprensa paraibana. Os parlamentares controlados por Agnaldo davam entrevistas defendendo a "honra do patrão", afirmando que os protestos que ocorriam em Alagoa Grande eram "coisa de comunistas, agitadores e subversivos, que queriam promover a discórdia e a intranquilidade no povo pacato e ordeiro de Alagoa Grande".

O jornal "Correio da Paraíba", de 20 de agosto de 1983, oito dias após o assassinato de Margarida, publicou matéria ligando o secretário de Segurança Pública do Estado, Fernando Milanez, ao "Grupo da Várzea":

"O secretário de Segurança Pública, Fernando Milanez, tem sido acusado nos últimos dias de não demonstrar interesse em apurar o crime de Alagoa Grande, por manter laços ideológicos com o chamado 'Grupo da Várzea', apêndice do PDS, que mistura em seu bojo capitalistas e reacionários, em posições estratégicas na política paraibana".

O PDS — Partido Democrático Social —, já extinto, substituiu a Aliança Renovadora Nacional (Arena), criada pela ditadura militar. Hoje o PDS é substituído pelo recém-criado PPB, que por sua vez substituiu o PPR, recém-extinto. Mas os nomes que circulam nesses partidos são os mesmos. Como Maluf, por exemplo. Traduzindo: as moscas são sempre as mesmas...

O enterro

Em um texto escrito e divulgado um ano após a morte de Margarida, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na parte que diz respeito aos motivos do crime, traduz com precisão os fatos daquele agosto de 1983:

"O objetivo dos patrões, ao mandarem matar Margarida, não era o de apenas calar a sua voz. O requinte de violência com que esse assassinato foi executado, o uso de uma espingarda de grosso calibre e cheia de pregos enferrujados que, acionada à queima-roupa, desfigurou-lhe o rosto, deixa evidente que, além de matar Margarida, eles queriam espalhar o terror e o medo entre os trabalhadores".

Mas ninguém teve medo.

Ao enterro de Margarida compareceram 2 mil pessoas, vindas de todas as regiões da Paraíba. Era um dia de chuva pesada, dessas de sertanejo agradecer aos céus. E o povo foi despedir-se de sua líder sindical.

Margarida foi velada na sede do Sindicato, à rua Doutor Francisco Montenegro. Dali, o enterro seguiu para o Cemitério de São Sebastião. Dom Marcelo Carvalheira, então bispo de Guarabira, e dom Francisco Austregésilo, bispo de Afogados de Ingazeira, em Pernambuco, encomendaram o corpo.

Dom Marcelo afirmou que "a morte de Margarida se assemelhava ao sacrifício de Jesus", completando: "A nossa irmã Margarida foi uma mártir da justiça em favor do povo, pelo qual ela deu a vida".

Falando ao povo que se juntava em frente à Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem, dom Francisco não teve dúvidas em afirmar que "o episódio marca um fato triste, pois é um crime perpetrado por medrosos". Comparou, em seguida, o assassinato aos martírios de Santa Inês e São Sebastião.

A palavra de Margarida está viva

"... companheiros, a prepotência dos proprietários rurais de Alagoa Grande está oprimindo a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e ainda na última sexta-feira recebemos uma agressão... mas quero dizer a vocês que não tememos qualquer ameaça, e vamos à luta até o fim por melhores condições de vida dos trabalhadores rurais da Paraíba, doa isto a quem doer, goste quem gostar, porque entendo que é melhor morrer na luta do que morrer de fome."

(Discurso de Margarida na comemoração do 1º de Maio de 1983, na cidade de Sapé, Paraíba.)

Missa de sétimo dia

Muito mais gente viajou até Alagoa Grande para participar da missa de sétimo dia. Calcula-se que eram 5 mil pessoas, que tiveram tempo de preparar a viagem, e seguir, a cavalo, a pé, na carroceria de um caminhão, de carroça ou de carro, em um gesto de solidariedade a tudo o que representou, para cada um, a vida de Margarida.

Na praça principal da cidade, após a missa, a multidão de trabalhadores rurais seguia protestando. Faixas e cartazes anunciavam o tom do que seria, a partir de então, o lema daquela gente: "Do sangue derramado de Margarida outras Margaridas nascerão!".

Houve um ato público, convocado pelo movimento sindical do Brejo Paraibano, reunindo diversos sindicatos, da cidade e do campo, para homenagear Margarida.

O jornalista paraibano F. Pereira Nóbrega escreve no jornal "O Norte" um poético artigo em defesa da vida de Margarida, intitulado "Crime em Alagoa Grande". Um dos trechos do artigo é particularmente bonito: "... procura-se, por-

tanto, menos que uma limousine, um pistoleiro. E menos que um pistoleiro, seu real mandante. O pistoleiro é mais um miserável entre os miseráveis curvados ao serviço de senhores rurais que, dizem, desde eras imemoriais, adubam seus canaviais com cadáveres de camponeses. O cangaceiro matava e deixava o cadáver insepulto. Para prova do que fez. Assumia seus atos. O usineiro, contam, quando mata, esconde no canavial. Ou ele mesmo se esconde por trás do pistoleiro. Não responde pelo que faz. Entre o cangaço e certas usinas, minha simpatia ainda vai para ele".

Campanha Trabalhista

No dia 27 de agosto do mesmo ano de 1983, 15 dias após o crime, a praça de Alagoa Grande volta a se encher. Era o dia escolhido pela própria Margarida para o lançamento da Campanha Trabalhista dos canavieiros da Paraíba.

Na praça estavam 7 mil pessoas, muito mais motivadas a lutar pelos direitos após a morte da presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande.

A Campanha Trabalhista foi movida por 32 sindicatos de trabalhadores rurais, pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura. As principais reivindicações eram a assinatura da Carteira de Trabalho, pagamento do 13º salário, férias anuais, destinação de duas horas para a produção de alimentos, jornada de trabalho de oito horas.

As 7 mil pessoas, unidas em torno dos sindicatos, falaram por Margarida, exigindo que as leis trabalhistas deixassem de ser letra morta e passassem a ser cumpridas.

A palavra de Margarida está viva

"...então a gente foi um dos primeiros sindicatos a batalhar sobre o problema de luta pela carteira assinada, pelo décimo terceiro. Depois outros sempre vêm chegando. Porque se, quando a gente começou, tivesse começado junto, a gente não tinha sido tão perseguida, e a luta da gente tinha sido mais vitoriosa. Já pensou a gente se sentir sozinha? Aí a gente começou a ser ameaçada, perseguida. Achavam que era

somente a gente que estava fazendo agitação. A gente não tava fazendo nada disto. Estava apenas querendo cumprir com nosso dever. Querendo mostrar ao trabalhador aquilo que é direito, o direito que ele tem. Não é o trabalhador ficar pensando que sindicato é dentista, que sindicato é um médico. A gente quis mostrar ao trabalhador isto, tirar essa máscara dele, porque têm muitos que pensam ainda que o sindicato é isto. Aí, por causa disto, os proprietários daqui não engolem a gente... Dizem que é só Alagoa Grande que faz essa revolução com eles... Agora que outros sindicatos estão lutando também, a gente tá sentindo que a perseguição contra a gente diminuiu..."

"...agora, na Campanha Trabalhista, todo domingo a gente tá dando reunião aqui para preparar o pessoal. Mas a gente precisa, tem mesmo que ir até a base. Hoje mesmo à noite vamos ter uma reunião aqui... eu acredito que a gente vai chegar lá. Eu acho que a Paraíba, este ano, ela vai fazer alguma coisa... eu acho que vai..."

(Entrevista feita por Regina Novaes, professora da Universidade Federal da Paraíba, e publicada na "Revista Tempo e Presença", em setembro de 1983.)

O inquérito

Após mais de um ano de investigações, o delegado Gilberto Rosa conclui o inquérito incriminando apenas Antônio Carlos Coutinho Régis, "Carlinhos Régis", fornecedor de cana-de-açúcar do município. "Carlinhos" sabia muito sobre o crime, pois fazia parte do grupo que planejara a morte de Margarida, mas sua participação não havia sido a mais importante.

Tempos depois "Carlinhos Régis" chegou a ser julgado. Foi absolvido, mas o Ministério Público recorreu, e ele deverá ser julgado novamente.

O assassinato de Margarida provocou uma série de repercussões. Os trabalhadores rurais se uniram em torno de sua memória e de seu exemplo. E três fatos acontecidos após a conclusão do inquérito tiveram ligação direta com o crime.

Primeiro fato:

- em janeiro de 1986 é morto a tiros dentro de seu carro, na cidade de Campina Grande, o motorista Severino Carneiro de Araújo, mais conhecido por "Biu Genésio". A viúva de "Biu", Maria do So-

corro Neves de Araújo, denuncia ao juiz da cidade de Areia que o crime havia sido cometido pelo soldado da Polícia Militar Betâneo Carneiro dos Santos. Segundo Maria do Socorro, "Biu" havia morrido porque sabia muitas coisas sobre o assassinato de Margarida...

Não só sabia, como havia participado. A viúva afirma, em depoimento, que o marido era quem dirigia o Opala vermelho utilizado pelos criminosos. E disse mais: afirmou que sabia o nome do assassino de Margarida: era o mesmo Betâneo, que havia matado seu marido.

Ainda segundo Maria do Socorro, entre os mandantes do assassinato de Margarida estariam Edmar da Paz Araújo, o "Mazinho", fornecedor de cana-de-açúcar do município de Alagoa Grande, ligado ao então todo-poderoso Agnaldo Veloso Borges, a José Buarque de Gusmão Neto, o "Zito Buarque" (genro de Agnaldo). Além deles, também estavam envolvidos no crime Antônio de Almeida Régis, pai de "Carlinhos Régis", o único citado no inquérito policial e, finalmente, João Carlos de Melo, conhecido como "Branco Pereira".

Segundo fato:

- em janeiro de 1987, "Mazinho" e "Claudinho Borges", sobrinho de Agnaldo Veloso Borges, são mortos em um tiroteio com um soldado da Polícia Militar, dentro de um bar, em Alagoa Grande. "Claudinho Borges" estava implicado no assassinato de um trabalhador da área de conflito de terra no município de Itabaiana. O assassinato de "Mazinho" certamente foi uma "queima de arquivo".

Terceiro fato:

- em Pernambuco, no mês de março de 1987, são presos três soldados da Polícia Militar, acusados de matar o advogado de trabalhadores rurais Evandro Cavalcanti. Um dos soldados era o mesmo Betâneo Carneiro dos Santos. O advogado foi morto a tiros em frente à sua casa, na cidade de Surubim, Pernambuco.

Zito Buarque é preso

No dia 8 de agosto de 1995, passados 12 anos do assassinato de Margarida Maria Alves, finalmente a Justiça paraibana se manifesta. Se há o ditado

"antes tarde do que nunca", no caso da Justiça paraibana vale a máxima "muito tarde, quase nunca". Foram necessários 12 anos de investigação para se chegar ao nome de um dos mandantes e ao do assassino de Margarida.

Pode-se pensar em duas hipóteses: ineficiência da Polícia e da Justiça, ou cumplicidade de ambas com os donos do poder na Paraíba?

Bem, mas no dia 8 de agosto de 1995 o juiz Ricardo Vital de Almeida, designado em caráter especial pelo Tribunal de Justiça para a Comarca de Alagoa Grande, decretou a custódia preventiva do médico e empresário José Buarque de Gusmão Neto, o "Zito Buarque", e de Betâneo Carneiro dos Santos. Os mesmos apontados nove anos antes pela viúva de "Biu Genésio".

Há outro dado que merece ser analisado. O Ministério Público da Paraíba já havia se manifestado favoravelmente à decretação das prisões preventivas. Em parecer datado de 1º de agosto de... 1994! — o Ministério Público pedia essas prisões. Traduzindo: apenas um ano depois do pedido das prisões preventivas, a Justiça agiu.

Segundo o jornal "Diário da Borborema", de Campina Grande, de 9 de agosto de 1995, Betâneo estava foragido. Preso em João Pessoa, cumprindo pena pela participação em outros crimes, "fugiu" da cadeia localizada no bairro do Roger, na capital da Paraíba.

A partir do instante em que foi preso, Zito Buarque começou a defender-se. Não admite sua participação no crime. Contrata advogados caros, que insistiram em conseguir na Justiça um *habeas corpus* que lhe daria o direito de responder em liberdade.

Tanto fez que conseguiu. No dia 11 de dezembro de 95 ele foi solto do 2º Batalhão da Polícia Militar, em Campina Grande, por ordem do juiz da cidade de Areia, Josivaldo Félix de Oliveira.

O advogado Leopoldo Wágner, que defende Zito Buarque, ingressa com uma petição no Fórum de Alagoa Grande solicitando a libertação do agropecuarista, "pois não havia motivo para a sua permanência na prisão, pois fora encerrada a instrução criminal do processo e a soltura não traria qualquer prejuízo para o caso".

Assim que deixou a cadeia, acompanhado do advogado e de parentes, o fazendeiro voltou a dizer que era inocente. Em sua casa, no bairro das Nações, em Campina Grande, disse que ficou 11 dias preso pagando por um crime no qual não teve a "mínima participação". Segundo ele, isto estava provado no processo porque nenhuma testemunha relacionou seu nome ao caso Margarida.

O juiz Josivaldo Félix disse, em sua decisão, que poderia decretar a prisão de Zito Buarque caso houvesse alguma novidade que justificasse o fato.

Margarida Alves: a acusada.

Com a decisão do juiz de Areia, não há mais acusado preso pela morte de Margarida Alves. Se a Justiça da Paraíba insistir nessa impunidade, daqui a pouco Margarida poderá ser a acusada da própria morte, e os latifundiários as vítimas dos trabalhadores rurais.

Outro acusado, o ex-soldado Betâneo Carneiro dos Santos, que é o principal acusado de ser o assassino de Margarida, está foragido há dois anos. Carlinhos Régis, agropecuarista, também acusado

de envolvimento, foi absolvido por um júri popular.

O médico e latifundiário Zito Buarque foi preso depois de o Tribunal de Justiça decidir reabrir o caso, que estava engavetado no Fórum de Alagoa Grande, o que determinou até mesmo o afastamento do juiz Gutemberg Cardoso.

**Quem bate, esquece.
Quem apanha, nunca esquece.**

Os trabalhadores rurais de Alagoa Grande, que apanharam no rosto com a morte de Margarida, nunca deixarão de lutar um instante sequer para que a justiça seja feita. E que a Justiça aja sempre contra a violência e os violentos. Ninguém vai esquecer Margarida. Ao contrário dos grandes da Paraíba, que matam impunemente e esquecem até de contabilizar o número de suas vítimas.

No dia 13 de agosto de 1984, na celebração da memória viva de Margarida, passado um ano de sua morte, os sindicatos promovem um grande ato público em Alagoa Grande. Novamente chegam pessoas simples, rostos marcados pelo sol, poeira, cansaço da caminhada, mãos calejadas de tanto trabalho

sob o sol de Deus e sobre a terra dos outros. Sem um palmo para plantar...

Chegam cantando, muitos, em silêncio, tiram o chapéu, que maior sinal de dor, respeito e carinho para os homens não há. As mulheres, vestidos brancos, manchados de poeira, terço na mão, pedem ao Pai do Céu que olhe sempre pela alma de Margarida, "ó Deus..."

Eram seis mil pessoas participando da manifestação, na qual se pediu punição para os assassinos, justiça e o fim da violência contra os trabalhadores rurais e seus dirigentes.

O então presidente do PT, Luís Inácio Lula da Silva, faz um discurso emocionado e emocionante, lembrando que, sem reforma agrária, não se constrói um país digno. Representantes de vários sindicatos de trabalhadores rurais da região também se manifestam, após a missa celebrada por dom Marcelo Carvalheira, bispo de Guarabira na época, recentemente nomeado para a Arquidiocese da Paraíba, em substituição a dom José Maria Pires, que completou 75 anos e apresentou sua renúncia. Tanto dom José como dom Marcelo são bispos inteiramente identificados com a luta dos trabalhadores rurais.

A palavra de Margarida está viva

"... eu me lembro que, em 1962, quando o sindicato foi fundado, se falava muito nas Ligas Camponesas, em jornada de trabalho, que o trabalhador trabalhava dez, onde, doze horas. As Ligas estavam falando a verdade. Mas o padre não dava apoio às Ligas. E como eu era muito religiosa, aí não fiquei com as Ligas. Mas sempre achando que as Ligas tinham razão.

Então a Igreja ajudou a fundar os sindicatos, dizendo que os sindicatos eram desejo do Papa João XXIII. E as Ligas sempre ganhando terreno, ganhando trabalhador. Ganhando mesmo, pois a pregação das Ligas era em cima da verdade. Veio a Revolução de 64. Foi um pega fogo, foi nego preso, morto e perseguido. Cassemiro foi perseguido, mesmo sendo do sindicato do padre.

A Igreja foi pioneira na fundação dos sindicatos. Mas quando houve a Revolução de 64, aí o padre... aí Cassemiro ficou sozinho, e foi internado, doente dos nervos, pois ele ficou sozinho. A Igreja tirou o pezinho de banda, como se diz.

'Fica aí, agora, Cassemiro, que não tem mais problema'. A Igreja ficou do lado do latifundiário, entendeu?..."

Dois anos e presença constante

Em Guarabira, no segundo aniversário da morte de Margarida, 8 mil trabalhadores rurais reúnem-se em um grande ato público, lembrando a vida e a história da líder sindical. Manter viva a memória, sempre.

A manifestação é dirigida pela Pastoral Rural da Diocese de Guarabira, que pede o fim da violência no campo e a punição dos assassinos.

Nesse mesmo dia são lançadas a Campanha pela Reforma Agrária e a Campanha Salarial dos Canavieiros, duas lutas em defesa das quais Margarida deu a sua vida. Foram momentos de muita emoção, carregados de lágrimas e lembranças dolorosas de tudo o que ainda estava muito presente na vida do povo paraibano.

A palavra de Margarida está viva

"...o outro problema é a terra, terra que já não existe para o trabalhador. Quer dizer, porque o povo trabalhador, depois de 64, passou quase todo para a rua. Porque, quando veio a Revolução, aí os proprietários, os aproveitadores da Revolução, botaram o povo todo para a rua. Eu mesma fui despejada. No caso do meu proprietário — hoje ele é até meu amigo, tudo bem, não tenho nada contra ele nem contra ninguém, mas ele também botou a gente pra fora. E ele dizia que eu era comunista, né? Por isto não queria a gente lá na terra, né? Aí eu saí. Quer dizer que saiu muita gente, foi um despejo mesmo, era à vontade. Gente saindo do meio rural para vir morar na cidade..."

Três anos e as provas do crime

No dia 24 de agosto de 86, três anos após o crime, é realizado na cidade de Pirpirituba um outro ato público, organizado pelos sindicatos dos Trabalhadores Rurais, contra a impunidade. Os ad-

vogados do movimento sindical apresentam provas e documentos que apontam os mandantes e os executores do crime. Em 87, no dia 8 de março, foi comemorado o Dia Internacional da Mulher, uma promoção do Movimento da Mulher Trabalhadora do Brejo Paraibano e Secretaria da Mulher da CUT da Paraíba.

O tema central do encontro, "a mulher trabalhadora na luta por uma nova sociedade", lembrou os passos políticos da vida de Margarida. Um histórico de todos os fatos relacionados à vida e morte de Margarida, preparado pela CUT, diz: "Durante todos estes anos, inúmeros outros eventos comemoraram o martírio de Margarida na Paraíba e em todo o Brasil. Foram programas de rádio, abaixo-assinados e encontros. A imprensa brasileira e também a internacional noticiaram a morte da líder sindical".

E acrescenta: "O nome de Margarida e seu exemplo se espalham rapidamente por todo o País. Escolas, associações de trabalhadores e de formação sindical, grupos de direitos humanos, ruas e praças recebem seu nome".

Em 1987, a CUT, aceitando sugestão de vários movimentos de mulheres tra-

balhadoras do Brasil, proclama o dia 12 de agosto como Dia Nacional de Luta pelos Direitos da Mulher Trabalhadora.

Um dos documentos apresentados no ato público que marcou os três anos de impunidade foi um resumo do depoimento prestado por Maria do Socorro Neves de Araújo, viúva de Severino Carneiro de Araújo, o "Biu Genésio", assassinado em janeiro de 1986 porque sabia demais sobre a morte de Margarida.

Maria do Socorro narra, com detalhes, a participação, no crime de Margarida, do proprietário rural de Alagoa Grande, Edmar Paz de Araújo, o "Mazinho", do soldado Betâneo Carneiro dos Santos, lotado no Segundo Batalhão de Polícia Militar de Campina Grande, e de seu próprio marido.

Conforme o depoimento, no dia anterior ao crime, os três, acompanhados de uma quarta pessoa, não identificada, circularam nas proximidades da casa de Margarida em um Opala vermelho. Nesse dia, "Mazinho" indicou a Betâneo qual era a casa de Margarida.

Maria do Socorro afirmou, em depoimento, que seu marido mantinha "estreitas relações" com vários implicados no

assassinato de Margarida, como o próprio "Mazinho", Agnaldo Veloso Borges, João Carlos de Melo, conhecido como "Branco Pereira", e Antônio de Almeida Régia. Disse que, a partir do instante em que seu marido ameaçou contar o que sabia, começou a receber ameaças de morte. Eram cartas e telefonemas, sofrendo atentados, até ser assassinado brutalmente, no que é denominado "queima de arquivo".

A viúva, mãe de sete filhos, pediu que a Justiça fosse feita.

"No dia anterior ao assassinato de Margarida, por volta das 18h30, meu marido foi até a casa de "Mazinho", agropecuarista, residente na cidade de Alagoa Grande. Chegando lá, encontrou o PM Betâneo Carneiro dos Santos, lotado no Segundo Batalhão de Polícia Militar de Campina Grande, na época destacado na cidade de Areia.

A convite de "Mazinho", os três entraram em um Opala vermelho e se dirigiram à rua onde morava Margarida. Perto da casa, "Mazinho" indicou para Betâneo: "A casa de Margarida é esta". Essas informações meu marido me disse dias após o assassinato de Margarida.

Em 85, dois anos depois da morte, meu marido começou a beber muito, e comentava na praça de Areia, Alagoa Grande ou Remígio, o que sabia sobre o crime. Também nessa época ele me falava que "Mazinho" estava se afastando dele, e que não queria mais a amizade. Meu marido me disse que entrou em um bar em Alagoa Grande e "Mazinho" foi saindo. Meu marido disse a ele que, se quisesse prejudicá-lo, falaria a verdade. "Mazinho" respondeu que era melhor ele calar a boca, pois tinha poder para mandar queimá-lo.

A partir daí começaram as ameaças.

No dia 7 de novembro de 85 meu marido me disse que havia sido perseguido por uma Brasília verde. Da Brasília foi disparado um tiro, que acertou o pneu. Ele continuou dirigindo a toda, e chegou em casa com o pneu destruído. Ele disse que tinha certeza de que eram "Mazinho" e Betâneo quem o perseguiu.

No dia 7 de janeiro eu saí do trabalho às 23h e, em seguida, fomos para Garanhuns visitar minha filha Ana Simone. Quando chegamos a Esperança, meu marido me avisou que um carro nos seguia. Ele aumentou a velocidade e en-

tramos em um posto de gasolina, onde ficamos até às quatro da manhã. Na terça-feira, dia 13 de janeiro, ele saiu para comprar carne e verdura. Por volta das 21h recebi telefonema do delegado dizendo que havia encontrado meu marido morto dentro do carro.

Na mesma noite da morte do meu marido, por volta da 1h30 da manhã, fui procurada em minha casa pelo sargento da cidade de Remígio, Aldenis Cunha Lima, que disse o seguinte: "A morte de Severino foi uma queima de arquivo, pois ele sabia demais sobre a morte de Margarida, e estava abrindo a boca sobre isso. Severino me contou tudo o que sabia".

Seis meses depois do assassinato do meu marido o sargento Cunha Lima também foi assassinado na cidade de Remígio. Fiquei sabendo que, uma semana antes do assassinato do sargento, ele não havia deixado o soldado Betâneo entrar em uma festa, pois estava armado e sem farda.

No momento em que entregou a arma, Betâneo disse que entregaria a arma, mas que ele, o sargento, "iria ver depois por isso". O sargento Cunha teria respon-

didado que ele se aquietasse, pois Severino havia lhe contado tudo o que sabia sobre o envolvimento de Betâneo na morte de Margarida. Uma semana após esse incidente, o sargento foi assassinado. Pessoas amigas, que moram em Remígio, me disseram que Betâneo matou o sargento com a colaboração de seus dois irmãos, "Bitó" e "Chianca".

Apesar da grande intimidade existente entre "Mazinho" e meu marido, apesar de "Mazinho" ter avalizado e pago empréstimos feitos no Bradesco por meu marido, apesar ainda de "Mazinho" ter ido muitas vezes à procura de meu marido para fazer viagens até Pernambuco e Rio Grande do Norte, quando prestou depoimento à Justiça de Campina Grande, "Mazinho" negou que conhecesse meu marido, dizendo que tinha se encontrado com ele apenas uma vez, e fumando maconha.

Por causa desse tipo de acusação, três agentes da Polícia Federal foram até lá em casa, revistaram tudo e nada encontraram. Disseram que meu marido estaria vendendo maconha. Um desses policiais era o agente Ledo. Esse agente Ledo ficou conhecendo meu marido depois, e o

liberou, dizendo que ele era inocente, e que qualquer perseguição deveria ser comunicada a ele. Na festa junina deste ano, o agente Ledo foi assassinado.

Como mãe de sete filhos, estou registrando esta denúncia em cartório, e tornando-a pública, pois estou ciente dos riscos que corro. Contudo, estou firmemente disposta a contribuir na elucidação da morte de meu marido e de Margarida, como também de tantos outros que perderam a vida nessa onda de violência."

Seis meses depois desse depoimento, prestado no dia 1º de agosto de 1986, "Mazinho" e "Claudinho Borges", sobrinho de Agnaldo Veloso Borges, são assassinados dentro de um bar, em tiroteio com um soldado da Polícia Militar, dentro de um bar em Alagoa Grande.

A palavra de Margarida está viva

"...porque a terra Deus deixou pra todo mundo, e a casa o homem construiu, né? Quer dizer, se o senhor tem uma casa é porque o senhor construiu a casa. Quem foi que construiu a terra? Ninguém cons-

truiu a terra. A terra foi uma coisa que Deus deixou pra todo mundo. Pra todo mundo viver nela. Não pode comparar uma casa com a terra. A terra é de Deus. Depois é que os homens foram criando ambição e foram cercando as terras. Porque as terras não foram vendidas no começo, não. E, inclusive, eu não lembro a data, mas a lei da terra não é tão antiga, não. O direito de propriedade, de compra da terra, veio depois. A terra é pra trabalhar nela. Aqui no Sindicato a gente sempre orienta pra ficar na terra e plantar."

"...trabalhadores: não vamos temer nada, a não ser a Deus. Vamos lutar porque, unidos, teremos forças para derrubar a prepotência e os poderosos da Paraíba, que não podem ficar eternamente de cima, mandando e massacrando o pobre, prejudicando e usurpando aquilo que é nosso direito."

Viva Margarida!

Fundação não permite que morra a memória de Margarida

Em João Pessoa, na Paraíba, há vários anos, existe a Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves, ligada à Arquidiocese da Paraíba. Além de acompanhar o processo relativo ao crime, a Fundação ainda presta assessoria a sindicatos de trabalhadores rurais da Paraíba.

O endereço é: caixa postal 13, CEP 58020-670, João Pessoa, Paraíba.

No arquivo da Fundação há, por exemplo, um emocionante cordel em honra da memória de Margarida, intitulado "Sete gritos de morte e de vida", escrito por José Flávio, com capa de Cláudio Barroso. Na capa há um pouco de cana-de-açúcar plantada, tendo a acompanhá-la uma pequena flor, em flor, chamada Margarida.

O cordel foi escrito exatamente um mês depois do crime, e aqui vai transcrito:

Sete Gritos de Vida e de Morte

1º Grito: A poesia é do povo

Galopando este repente/que me serve de transporte/num caminho seco e

quente/eu sintô o peso da sorte/e a viola
sentida/canta a morte pra dar vida/à vida
que traz a morte.

Mesmo que meu verso entorte/e se
enganche na goela/o que eu falar tem
porte/para derrubar cancela/porque eu
trago a verdade/e pra quem só tem mal-
dade/verdade é que nem sovela.

Do folheto eu faço tela/usando a tin-
ta dos fatos/pois quem oprime se mela/
na sujeira dos seus atos/e quem matou
Margarida/com a morte deu mais vida/a
ela e ao Sindicato.

2º Grito: A força dos potentados

A morte é que nem um gato/mas a vida
é mais ligeira./Muito sangue já rolou/sobre
a terra brasileira./Muitos irmãos já perde-
mos/numa morte traiçoeira.

Porque não é brincadeira/a força dos
potentados./Eles temem que o povo/ve-
nha a ser organizado/pois tudo o que eles
querem/é o povo subjugado.

Já pensou se no Estado/os campo-
neses unidos/exigissem toda a lei/que
os patrões não têm cumprido?/Ligeiro
as coisas mudavam/pro lado dos opri-
midos.

3º Grito: O berro escondido

Eu vejo um grito escondido/em cada
trabalhador/que sofre sentindo a dor/de
viver tão oprimido./Mas é preciso o sen-
tido/da gente ver que o patrão/na sua
grande ambição/de acumular riqueza/no
povo planta pobreza/para colher sujeição.

E foi isso que levou/à nossa irmã
Margarida/a perder a sua vida/porque
isso ela notou/e contra isso brigou/até a
última hora./Mas muita gente ignora/por
que foi que ela morreu./Quem não sabe o
que se deu/se abanque que eu conto ago-
ra.

Todo assalariado/tem por lei alguns
direitos/e o patrão dá um jeito/de roubar
o empregado./Não cumpre o que é man-
dado/pela lei, que é contrato./Então che-
ga o Sindicato/e faz a reclamação/porque
é sua função/dizer o que há de fato.

4º Grito: Gemedeira

Aí ligeiro o patrão/se mete logo a sa-
bido/Mente pros trabalhadores/"da lei
não tenho fugido/e quem não tiver gos-
tando/ai-ai, ui-ui/já devia ter saído".

O pobre fica sentido/mas precisa do

emprego/pois pior que ganhar pouco/é cair no desemprego/aí então ele fica/ai,ai, ui-ui/mansinho que nem burrego.

O patrão tira o sossego/e rouba na tua vista/sonega de peito aberto/os direitos trabalhistas/e diz que o Sindicato/ai-ai, ui-ui/é lugar de comunista.

5º Grito: O galope do povo

Mas o Sindicato não é só dentista/doutor, ambulância, aposentadoria./Todo Sindicato, de noite e de dia/defende o direito da lei trabalhista./Roceiro que pega, conversa, se alista/faz o Sindicato mais forte ficar/pois com muita gente é mais fácil brigar/unidos na lei, defender seu direito/na voz e na marra, na bala e no peito/dos dez de galope da beira-mar.

Patrão só faz isso por ter proteção/de algum deputado que tem na família/alguma amizade que tem em Brasília/e que também lucra com essa opressão./Governo, prefeito, Justiça e patrão/estão de um lado só pra juntos lucrar/com tudo da gente que puderem tirar/saúde, suor, direitos, dinheiro/vendendo, explorando operário e roceiro/aí pela roça e na beira do mar.

De seca, miséria, de fome e doença/pesando eu nem sei bem qual é a pior/mas sei de certeza — a desgraça maior/é aquela do homem que sofre e não pensa/é essa a grave, a pior sentença/que pode um homem a outro levar./A coisa mais triste é deixar de pensar/porque todos nascem com corpo e com mente/e perdendo a idéia, deixam de ser gente/é assim no galope na beira do mar.

6º Grito: Margarida fala ao povo

“A opressão em Alagoa/é coisa que nem tem nome/pois cabra vem com recado/ameaça e logo some/para o pequeno que me escuta/é melhor morrer na luta/do que falecer de fome.”

“O pobre que pouco come/e vive como indigente/com o patrão lhe roubando/seu direito na sua frente/escute isto também:/não tomamos de ninguém/só queremos o da gente.”

“O patrão é prepotente/e a orientação/que o Sindicato dá/é buscando a união/de todos os sofredores/unir os trabalhadores/com muita organização.”

7º Grito: O povo exige justiça!

Margarida brigava por salário/e pelas oito horas de jornada/para ver a carteira assinada/para que o pobre tivesse o necessário./Era contra esses latifundiários/e a favor do trabalhador rural/que não tem seu repouso semanal/hora-extra/nem férias/nem roçado/porque pelo patrão ele é roubado/do salário ao abono de Natal.

Necessário unir todos os partidos/a Fetag/a Contag/a Igreja/pois é grande e brutal esta peleja/do patrão contra o pobre oprimido./De que vale andarmos desunidos/se campeia na roça e na cidade/monstruosa e cruel desigualdade/que não dá as menores condições/de uma vida de gente pra milhões/que na vida só têm necessidades.

É preciso levar para a prisão/os culpados por este brutal crime/mas a culpa maior de quem oprime/é trazer todo o povo em sujeição./E somente com a nossa união/poderemos punir os potentados/pelos crimes por eles praticados/de matar com tiros, de fome e de bala/e prender com miséria a nossa fala/nos roubando e deixando amedrontados.

O latifúndio assassino/com a morte se amortalha/pois sangue que cai na terra/cria raiz e se espalha/num grande grito de guerra/Terra!/Terra!/Terra!/Terra!/para quem nela trabalha!

*Guilherme Salgado Rocha —
jornalista, 36 anos, formado pela
Universidade Federal de Juiz de
Fora, Minas Gerais, em 1979, atu-
almente é repórter do jornal "O São
Paulo" (da Arquidiocese de São
Paulo), assessor de imprensa do ve-
reador Chico Whitaker (PT) e estu-
dante de Teologia na Escola
Dominicana de Teologia.*



Impresso pelas
ESCOLAS PROFISSIONAIS SALESIANAS
Rua Dom Bosco, 441 - Fone: (011) 277-3211
03105-020 - Mooca - São Paulo - SP